



ALADI/CR/Ata 322
SUMÁRIO
20 de novembro de 1990

RESERVADO

SUMÁRIO

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.183).

APROVA-SE.

- 1) Representação da Colômbia. Vigência do Segundo Protocolo Modificativo da preferência tarifária regional.

(Envia cópia do Decreto no. 1.907, de 22 de agosto de 1990, pelo qual é modificado o Decreto no. 1.824, de 6 de agosto de 1990, que incorporou no direito interno da Colômbia o aprofundamento da PTR).

- 2) Representação da Venezuela. Reunião do Grupo dos Três (Colômbia, México e Venezuela) (Porto Vallarta, México, 6-9 de novembro de 1990).

ALADI/CR/di 262.

(Envia cópia do documento assinado pelo referido Grupo de Comércio).

- 3) Representação do Brasil. Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 35.

(Comunica que em 30 de outubro de 1990 seu Governo subscreveu com a República Oriental do Uruguai o mencionado instrumento, depositando na Secretaria-Geral seu texto).

- 4) Representação do Uruguai. Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 35.

(Comunica que em 29 de outubro passado seu Governo subscreveu com a República Federativa do Brasil o referido instrumento).

- 5) Representação do Brasil. Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 13.

(Comunica que em 30 de setembro de 1990 seu Governo subscreveu com a República da Venezuela o mencionado instrumento, depositando na Secretaria-Geral seu texto).

- 6) Representação da Venezuela. Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 13.

(Comunica que seu Governo depositou o referido instrumento na Secretaria-Geral).

- 7) Representação do Brasil. Décimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica no. 2.

(Comunica que em 30 de outubro de 1990 seu Governo subscreveu com a República Oriental do Uruguai o mencionado instrumento, depositando na Secretaria-Geral seu texto).

- 8) Representação do Uruguai. Décimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica no. 2.

(Comunica que em 30 de outubro de 1990 seu Governo subscreveu com a República Federativa do Brasil o mencionado instrumento).

- 9) Relatório da Comissão de Orçamento ao Comitê de Representantes sobre autorização para efetuar transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/dt 79).

Ponto 3 de ordem do dia.

- 10) Integração do Fundo de capital de trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorando 83.8).

- 11) Prosseguimento de atividades do grupo de trabalho da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (CEM/Resolução 62) (ALADI/SEC/Memorando 86.1).
3. Relatório da Comissão de Orçamento ao Comitê de Representantes sobre autorização para efetuar transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/dt 79).
4. Outros assuntos.

APROVAM-SE os ACORDOS 125 e 126, referentes às horas extraordinárias e a equipamentos e manutenção e investimentos em equipamento permanente, respectivamente.



APROVADA

NA

337 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 322
20 de novembro de 1990
Hora: 10h30m às 11h40m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2. 183).
 - 1) Representação da Colômbia. Vigência do Segundo Protocolo Modificativo da preferência tarifária regional.
 - 2) Representação da Venezuela. Reunião do Grupo dos Três (Colômbia, México e Venezuela)(Puerto Vallarta, México, 6-9 de novembro de 1990).
 - 3) Representação do Brasil. Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 35.
 - 4) Representação do Uruguai. Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 35.
 - 5) Representação do Brasil. Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 13.
 - 6) Representação da Venezuela. Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 13.
 - 7) Representação do Brasil. Décimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica no. 2.
 - 8) Representação do Uruguai. Décimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica no. 2.

- 9) Relatório da Comissão de Orçamento ao Comitê de Representantes sobre autorização para efetuar transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/dt 79).
 - 10) Integração do Fundo de capital de trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorando 83.8).
 - 11) Prosseguimento de atividades do grupo de trabalho da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (CEM/Resolução 62) (ALADI/SEC/Memorando 86.1).
3. Relatório da Comissão de Orçamento ao Comitê de Representantes sobre autorização para efetuar transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/dt 79).
4. Outros assuntos.

Preside:

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Assistem: René Mariaca Valdez (Bolívia); Paulo César Camargo (Brasil); Patricia Dávila de Navas (Colômbia); Raimundo Barros Charlin, Manuel Valencia Astorga e Rodrigo Quiroga Cruz (Chile); Fernando Ribadeneira e Roberto Proaño Rivas (Equador); José Pedro Pereyra Hernández e Jorge Ramirez Guerrero (México); Santiago Alberto Amarilla Vargas e Herminia Margarita Genes de Aranda (Paraguai); José Carlos Dávila Pessagno (Peru); Néstor G. Cosentino, José Roberto Muínelo, Germaine Barreto Amundarain e Ricardo Duarte Vargas (Uruguai); Luis La Corte, Gerardo Arellano, Antonieta Arcaya Smith e Pedro Elias Revollo Salazar (Venezuela).

Secretário-Geral: Jorge Luis Ordóñez Gómez.

Subsecretário: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Subsecretário: Jorge Cañete Arce.

Secretaria: Juan Mario Vacchino.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão 322 do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.183).

SECRETÁRIO-GERAL. No documento ALADI/SEC/di 2.183 são registradas as seguintes notas e documentos, aos quais corresponde dar entrada.

1) Representação da Colômbia. Vigência do Segundo Protocolo Modificativo da preferência tarifária regional.

"No. 305. Montevidéu, em 12 de novembro de 1990. A Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente da Colômbia cumprimenta muito atenciosamente a Secretaria-Geral da ALADI por ocasião de enviar-lhe cópia da publicação no Diário Oficial do Decreto no. 1.907, de 22 de agosto de 1990, através do qual se fez uma modificação ao Decreto no. 1.824, de 6 de agosto de 1990, que incorporou ao direito interno da Colômbia o aprofundamento da preferência tarifária regional, aprovada com o Segundo Protocolo Modificativo.

A Representação Permanente da Colômbia aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

2) Representação da Venezuela. Reunião do Grupo de Comércio do Grupo dos Três (Colômbia, México e Venezuela) (Puerto Vallarta, México, 6-9 de novembro de 1990) (ALADI/CR/di 262).

"No. 246. Montevidéu, em 16 de novembro de 1990. A Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração saúda mui atenciosamente a Secretaria-Geral da ALADI na ocasião de lhe enviar, em anexo, cópia do documento subscrito pelo Grupo de Comércio do Grupo dos Três (Colômbia, México e Venezuela), realizada em Puerto Vallarta, México, de 6 até 9 de novembro deste ano, que contém os lineamentos para a futura subscrição de Acordos Amplos de Comércio e Investimento.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração aproveita esta oportunidade para renovar à Secretaria-Geral da ALADI os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

3) Representação do Brasil. Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 35.

"No. 189. Montevideu, em 12 de novembro de 1990. Ao Excelentissimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez Gómez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos demais países-membros da Associação que em 30 de outubro de 1990 o Governo da República Federativa do Brasil subscreveu com o Governo da República Oriental do Uruguai o Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 35.

Desta maneira cumpro com o estipulado por esse Acordo e com o consignado na Resolução 30 do Comitê de Representantes, depositando na Secretaria-Geral o texto do mencionado instrumento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Rubens Antonio Barbosa, Representante Permanente do Brasil junto à ALADI."

4) Representação do Uruguai. Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 35.

"No. 382/90. Montevideu, em 15 de novembro de 1990.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para levar a seu conhecimento e, por seu intermédio, ao das distintas Representações Permanentes que, em 29 de outubro passado, meu Governo subscreveu com a República Federativa do Brasil o Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 35 pelo qual foi acordada a modificação de determinadas preferências constantes no referido Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais distinta consideração. (a) Néstor G. Cosentino, Embaixador, Representante Permanente da República Oriental do Uruguai junto à ALADI."

5) Representação do Brasil. Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 13.

"No. 194. Montevideu, em 20 de novembro de 1990. Ao Excelentissimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez Gómez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos demais países-membros da Associação que, em 30 de setembro de 1990, o Governo da República Federativa do Brasil

subscreveu com o Governo da República da Venezuela o Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 13.

Desta forma cumpro com o estipulado por esse Acordo e com o consignado na Resolução 30 do Comitê de Representantes, depositando na Secretaria-Geral o texto do mencionado documento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. (a) Rubens Antonio Barbosa, Representante Permanente do Brasil junto à ALADI."

6) Representação da Venezuela. Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 13.

"No. 304. Montevideu, em 21 de setembro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para levar a seu conhecimento e, por seu intermédio, ao dos demais países-membros do Comitê de Representantes que, em 20 de novembro de 1990, meu país subscreveu com o Governo da República do Brasil o Décimo Terceiro Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial no. 13.

Tal como dispõem o mencionado Protocolo e a Resolução 30 do Comitê de Representantes a Secretaria-Geral é depositária do referido instrumento.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar Vossa Excelência com os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Luis La Corte, Embaixador."

7) Representação do Brasil. Décimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica no. 2.

"No. 193. Montevideu, em 20 de novembro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez Gómez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos demais países-membros da Associação que, em 30 de outubro de 1990, o Governo da República Federativa do Brasil subscreveu com o Governo da República Oriental do Uruguai o Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 2.

Desta forma cumpro com o estipulado pelo mencionado Acordo e com o consignado na Resolução 30 do Comitê de Representantes, depositando na Secretaria-Geral o texto do referido instrumento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. (a) Rubens Antonio Barbosa, Representante Permanente do Brasil junto à ALADI."

8) Representação do Uruguai. Décimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação no. 2.

"No. 381. Montevideu, em 15 de novembro de 1990.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para levar a seu conhecimento e, por seu intermédio, ao das distintas Representações Permanentes que, em 30 de outubro de 1990, o Governo da República subscreveu com o Governo da República Federativa do Brasil o Décimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica no. 2, pelo qual foi acordada a ampliação do âmbito de aplicação do Acordo, foram estabelecidas modificações e algumas preferências, a adequação do regime de origem, bem como a eliminação da nota complementar 3 C) e a eliminação de algumas condições específicas que constam no número 4 das Notas Complementares.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais distinta consideração. (a) Néstor G. Cosentino, Embaixador, Representante Permanente da República Oriental do Uruguai junto à ALADI."

- 9) Relatório da Comissão de Orçamento ao Comitê de Representantes sobre autorização para efetuar transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/dt 79).
- 10) Integração do Fundo de capital de trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorando 83.8).
- 11) Prosseguimento de atividades do Grupo de trabalho da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (CEM/Resolução 62) (ALADI/SEC/Memorando 86.1).
3. Relatório da Comissão de Orçamento ao Comitê de Representantes sobre autorização para efetuar transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/dt 79).

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). Na minha condição de Presidente da Comissão de Orçamento, permito-me informar ao Comitê que, efetivamente, nos dias 7 e 12 deste mês, reuniu-se a Comissão para informar-se das Propostas 105 e 106, apresentadas pela Secretaria, encaminhadas a efetuar as transferências de créditos orçamentários. A Proposta 105, para cobrir o item de horas extraordinárias e, adicionalmente, comunicações. No que se refere a horas extraordinárias, foi aprovada a proposta da Secretaria na forma prevista. Quanto ao pedido de transferência para comunicações, que tinha solicitado a Secretaria, de treze mil dólares, foi aprovado um montante de oito mil, pelos motivos expostos nas duas reuniões.

Quanto à Proposta 106, que está encaminhada a solicitar autorizações para a compra de microcomputadores, por um montante de oito mil dólares, foi aprovada depois de escutar as propostas da Secretaria e os projetos de acordos que constam em anexo ao documento ALADI/CR/dt 79.

PRESIDENTE. Com o relatório do Presidente da respectiva Comissão, coloca-se a consideração os projetos de acordo que são anexados ao presente relatório.

Existem dois projetos para serem aprovados pelo Comitê: um sobre horas extraordinárias e o outro sobre equipamentos e manutenção e investimentos em equipamentos permanentes.

Vai-se votar o projeto de acordo sobre horas extraordinárias e comunicações.

Os Senhores Representantes que estiverem pela afirmativa, tenham a gentileza de indicá-lo.

- Vota-se: unanimidade.

PRESIDENTE. Em conseqüência, APROVA-SE por unanimidade o seguinte

"ACORDO 125

TENDO EM VISTA O disposto pelos artigos 19 e 24 (primeiro parágrafo) das Disposições Gerais e Normas para a Execução e Controle do Orçamento, da Resolução 109.

CONSIDERANDO O relatório da Secretaria-Geral,

O COMITÊ DE REPRESENTANTES

ACORDA:

PRIMEIRO.- Autorizar a Secretaria-Geral para incrementar na quantia de US\$ 4.000 a destinação do Item 1 - Quadro de Pessoal, subitem 1.6 - Horas extraordinárias de trabalho (Atividade 9.1.1). Esse incremento será feito através de transferência de créditos orçamentários a serem tomados do Item 3 - Viagens, subitem 3.1 - Missões de Serviço - Pessoal da Secretaria (Atividade 4.2.3).

SEGUNDO.- Autorizar, outrossim, a Secretaria-Geral para incrementar na quantia de US\$ 8.000 a destinação do Item 8 - Despesas diversas, subitem 8.1 - Comunicações (Atividades 7.1.4 US\$ 1.200, 7.2.3 US\$ 1.400, 7.3.3 US\$ 400, 10.1.7 US\$ 270, 10.2.5 US\$ 880, 11.1.6 US\$ 2.500 e 11.2.5 US\$ 650).

O mencionado incremento será feito mediante transferência de créditos orçamentários a serem tomados do Item 3 - Viagens, subitem 3.1 - Missões de serviço - Pessoal da Secretaria (Atividades VII-1-1 US\$ 1.200, VII-2-1 US\$ 1.400, VII-3-1 US\$ 400, X-2-1 US\$ 1.850, XI-1-2 US\$ 2.500 e XI-2-2 US\$ 650)."

PRESIDENTE. Vai-se votar agora o projeto de acordo sobre equipamentos e manutenção e investimentos em equipamento permanente.

Os Senhores Representantes que estiverem pela afirmativa, tenham a gentileza de indicá-lo.

- Vota-se. Unanimidade.

PRRESIDENTE. Em conseqüência, APROVA-SE por unanimidade o

"ACORDO 126

TENDO EM VISTA O disposto pelos artigos 19 e 24 (primeiro parágrafo) das Disposições Gerais e Normas para a Execução e Controle do Orçamento, da Resolução 109.

CONSIDERANDO O relatório da Comissão de Orçamento,

O COMITÊ DE REPRESENTANTES

ACORDA:

Autorizar a Secretaria-Geral para incrementar na quantia de US\$ 8.000 a destinação do Item 7 - Equipamentos e manutenção, subitem 1.7 - Investimentos em equipamento permanente (Atividade 9.1.5).

O mencionado incremento será feito através de transferência de créditos orçamentários a serem tomados do Item 5 - Fornecimento, nos subitens e atividades seguintes:

<u>Subitem 5.2 - Impressões</u> - Atividade	2.2.1	US\$ 600
	4.2.4	US\$ 800
	5.1.5	US\$ 200
	5.2.7	US\$ 200
	8.1.4	US\$ 500
	8.2.7	US\$ 400
	8.3.1	US\$ 600
	9.2.7	US\$ 200
	9.3.9	US\$ 200
	9.4.6	US\$ 200
	11.1.5	US\$ 100
<u>Subitem 5.3 - Processamento de dados</u> - Atividade	2.2.10	US\$ 300
	3.1.6	US\$ 300
	4.1.11	US\$ 100
	5.1.7	US\$ 200
	6.1.9	US\$ 100
	7.3.4	US\$ 200
	8.3.6	US\$ 200
	9.2.8	US\$ 200
	9.3.10	US\$ 100
	10.1.8	US\$ 100
	11.1.7	US\$ 200
<u>Subitem 5.4 - Biblioteca</u> - Atividade	2.2.6	US\$ 2.000"

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, estes projetos de acordo se considera que foram aprovados por unanimidade dos presentes, porque observo que a Argentina está ausente.

PRESIDENTE. Perdão pelo lapsus.

Então seria unanimidade dos presentes.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia. "Outros assuntos".

4. Outros assuntos.

SUBSECRETÁRIO (Jorge Cafete Arce). Senhor Presidente, em Assunção realizou-se um Seminário sobre promoção de exportações, solicitado pelo Governo do Paraguai por ocasião da visita feita pelo Secretário-Geral, acompanhado de quem fala, às autoridades paraguaias.

Para a realização deste Seminário tínhamos solicitado a colaboração e cooperação de algumas Representações, como a do Chile, a do México e a da Colômbia. Cada uma destas Representações fez as gestões correspondentes e estiveram participando como expositores fazendo conhecer a experiência obtida pelos institutos que representam, como o caso de PROCHILE, do Chile; de PROEXPO, da Colômbia e de BANCOMEX, do México. Foi muito importante a apresentação destes Senhores que trouxeram a experiência destes institutos que obtiveram êxitos importantes na promoção de exportações dos respectivos países.

Neste momento, no Paraguai se está tentando apresentar também um projeto parecido ao destes organismos que chamam PROPAR ou o que significaria também em favor do Paraguai, recolhendo estas experiências e adaptando ao que é necessário no país.

A nossa participação foi para ajudar a organizar o seminário e finalmente coordenar e preparar conclusões. Creio que assim foi feito satisfatoriamente por parte das autoridades paraguaias. Participaram aproximadamente quarenta representantes do setor público e do setor privado vinculados ao comércio de exportações e que de uma ou outra forma participaram da elaboração de um novo projeto sobre promoção de exportações.

Desejo informar também, Senhor Presidente, que aproveitando esta oportunidade fizemos uma reunião para apresentar o trabalho feito por Consultoria em relação com projetos sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná. Especialmente, um pedido que responde aos Governos da Bolívia e do Paraguai onde é analisada a possibilidade da criação de empresas eventualmente de navegação, binacionais, paraguai-bolivianas; analisando, por conseguinte, a situação atual em que se encontra a oferta de adegas e como se inseriria em um novo esquema da navegação mais fluida da Hidrovia Paraguai-Paraná com a incorporação de novas unidades de avanço.

Este trabalho que está finalizado foi apresentado em cooperação com o perito principal que trabalhou na matéria e com a presença de quem fala para explicar os alcances deste projeto e o que significa o apoio que está dando a Secretaria em seu programa para acontecimentos deste tipo.

Assistiram a esta reunião aproximadamente quarenta armadores fluviais do Paraguai e outros empresários vinculados aos serviços da navegação, bem como o Presidente da frota mercante do Estado e o

Diretor da Marinha Mercante Nacional. O trabalho foi muito bem recebido e creio que vamos receber alguns pedidos de ampliações sobre o tema.

Isso é tudo, Senhor Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Subsecretário Cañete Arce.

Tem a palavra o Senhor Subsecretário Antunes para informar sobre uma reunião da ARPEL realizada em Caracas, Venezuela.

SUBSECRETÁRIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Senhor Presidente, nos dias 25 e 26 de outubro realizou-se uma reunião de Presidentes de empresas petroleiras estatais afiliadas à ARPEL. A ARPEL tinha dirigido um convite para a Secretaria e para a Presidência do Comitê. Por motivos de força maior não pôde assistir o Secretário e o Presidente do Comitê e assisti eu em nome da Associação a essa reunião.

Nessa reunião de Presidentes ficou estabelecido um consenso de que as companhias tanto importadoras como exportadoras de petróleo deveriam ressaltar a importância da seguridade e confiabilidade de abastecimento de petróleo desde o hemisfério americano. A principal conclusão é que estas empresas ratificaram o propósito de celebrar acordos técnicos bi e multilaterais a nível operacional que tornassem possível a integração a curto, médio e longo prazos do setor petroleiro, com a finalidade de melhorar a eficiência e assegurar a estabilidade do abastecimento no hemisfério americano.

Foram propostos e aceitos mecanismos de integração, tais como a exploração conjunta em novas áreas sedimentárias da região e a integração águas abaixo.

Desse modo as empresas aprovaram o fato de que deveriam apoiar a garantia de abastecimento na região da qual a ALADI faz parte. E isso naturalmente, sem prejuízo da prática comercial de preço de mercado.

Nessa oportunidade explicamos o papel da ALADI e nós chamamos a atenção para o fato de que, em primeiro lugar, sem prejuízo da eficiência das empresas, elas tinham um desafio por diante que era contribuir à integração. O que aparentemente foi acolhido e já era sua intenção que as empresas petroleiras contribuíssem de alguma maneira à integração sem sacrifício da eficiência.

Ademais, chamamos a atenção em nossa intervenção para a necessidade de colaboração entre as várias entidades envolvidas no setor e no campo da integração.

Assim destacamos a necessidade de uma colaboração entre OLADE, ARPEL, o CIER e a ALADI, cada uma na sua competência. Assim, por exemplo, OLADE reúne os Ministros de Energia da região, tem um papel político regional de esboçar políticas e acompanhar a matriz energética regional. A ARPEL, representa os interesses produtivos e comerciais das empresas. As empresas estatais. O CIER faz a mesma coisa no setor da energia elétrica. E a ALADI, através desta intervenção, oferecia-se como um foro para realizar negociações que facilitassem o comércio e o movimento de capitais no setor petroleiro.

Chamamos a atenção também para a necessidade de articulação entre as entidades já que existe campo para que todos atuem em suas devidas competências e existe a necessidade de que todos atuem mas de forma integrada o que, pelas manifestações de vários Presidentes e outros participantes, parece que foi bem acolhido. E também assim o demonstra a ata da reunião.

Na ata há dois pontos a destacar. Em primeiro lugar, um que já mencionei, que se refere ao propósito das empresas de participar de um esquema de garantia de abastecimento na região e de ampliar para isso, inclusive, a produção.

O segundo, o apoio a uma reunião realizada no Rio, que tratava uma ação conjunta das empresas para fazer uma espécie de compra regional de bens de capital e outros insumos e serviços que as empresas petroleiras necessitam para seu funcionamento. Houve um apoio a esta reunião, que de algum modo configura uma aprovação dos Presidentes à atuação da Secretaria da ARPEL no que se refere a um trabalho conjunto com a ALADI. Ou seja, os Presidentes deram apoio à Secretaria da ARPEL, apoio pleno, para continuar e aprofundar o trabalho que a Secretaria Executiva da ARPEL já vem realizando, em articulação com a ALADI, para fazer com que as compras das empresas petroleiras se dirijam à oferta de bens de capital, bens intermediários e serviços da região, em um esforço de integração por esse lado, ou seja, para atrás.

De tal maneira, resumindo, a reunião dos Presidentes de Empresas Petroleiras, da ARPEL, aprovou esses dois aspectos. Por um lado, uma continuação, um aprofundamento de uma ação que já começou há alguns anos que está sendo continuada de forma mais intensa pela ALADI: a do fornecimento de bens e serviços, bens para a exploração petroleira. E, por outro lado, aprovou também um propósito de uma articulação entre as empresas para garantir o abastecimento de petróleo, gás e derivados na região.

Também, dentro deste último ponto -o ponto do abastecimento de produtos petroleiros- a reunião dos Presidentes aprovou o propósito de utilizar o gás como forma também de aumentar as relações entre os países da região, como propósito de dar maior atenção à produção e à utilização do gás, inclusive como um mecanismo de integração.

Era somente isto o que queria dizer, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Subsecretário.

Naturalmente, salta à vista, diríamos, a importância desta reunião da ARPEL, nesse propósito de realizar políticas que garantam a continuidade do abastecimento de petróleo para a região, e vemos que não é somente um desejo de caráter comercial mas também uma contribuição efetiva à integração, como diz a própria declaração.

O Doutor Vacchino nos apresentará um relatório sobre sua assistência ao Seminário Internacional de Jornalismo, Integração Latino-Americana, realizado em Santiago do Chile.

- Seminário Internacional de Jornalismo, Santiago do Chile.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Entre os dias 13 e 15 de novembro realizou-se na Universidade do Chile, com a organização do Instituto de Estudos Internacionais desta Universidade, com o patrocínio da Fundação Konrad Adenauer, da Alemanha Federal e com a co-organização das Associações Chilenas de Escolas Universitárias de Jornalistas e das Escolas de Jornalismo de todas as Universidades do Chile, um importante Seminário Internacional de Jornalismo, cujo título é bem expressivo de seu conteúdo: "Integração Latino-Americana. Desafio da década". Esteve organizado em forma de painéis, um deles referido aos aspectos condicionantes políticos do processo de integração; o segundo sobre os efeitos do Mercado Comum Europeu e as novas condições européias sobre a integração latino-americana; o terceiro, relacionado com as agendas dos organismos latino-americanos de integração frente às políticas de comércio exterior dos países do Cone Sul; e dois referentes aos novos atores e os meios de comunicação nos processos de integração. Tive que participar, em substituição do Senhor Secretário-Geral, que tinha sido inicialmente convidado, no painel relacionado com os organismos latino-americanos de integração e suas agendas frente às políticas econômicas de comércio exterior dos países do Cone Sul, dando especial ênfase, obviamente, na situação da ALADI e em suas perspectivas.

Dois elementos muito interessantes a destacar nesta reunião foram o nível de participação dos jornalistas nas perguntas posteriores que foram feitas, e o grau de atenção relacionado com o papel e as possibilidades da ALADI. Neste sentido, creio que existe grande interesse em conhecer como os processos de sub-regionalização podem compatibilizar-se no âmbito da Associação e, em segundo lugar, existe marcada expectativa favorável com relação ao papel da Associação no processo de integração latino-americana nos próximos anos.

Logicamente, no fundo do debate sempre existe uma espécie de oposição entre a integração ao mundo e a integração regional, como as primeiras prioridades dos diferentes países da região. No entanto, ficou bem claro nos participantes, e nos participantes do Governo do Chile, um desejo de compatibilizar e de considerar como compatíveis ambas as experiências; ou seja, a da integração ao mundo juntamente com a integração regional.

Uma consequência, para nós favorável, desta participação foi tomar contato com aproximadamente sessenta pessoas, jornalistas e dirigentes de empresas jornalísticas, algumas das quais nos poderão ser de utilidade, suponho eu, e participar do evento que estamos programando, que se efetuará entre 10 e 12 de abril, no mês de abril, com a Comunidade Econômica Européia. Nos próximos dias estaremos passando uma circular, estabelecendo-lhes a informação do caso, relacionado com este Seminário. Isso é tudo, Senhor Presidente.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Uma pergunta informativa.

Neste último caso, se fizeram contatos com os jornalistas e com as pessoas que estavam presente sobre o concurso aberto pela ALADI e pelo Banco de Boston?

SECRETARIA (Mario Vacchino). Devo confessar que não fiz referência a essa questão. Peço desculpas.

- Convocação do grupo de trabalho do Comitê

PRESIDENTE. Neste ponto de "Outros assuntos" corresponde ao Comitê de Representantes definir a convocação do grupo de trabalho com relação ao próximo Encontro de Ministros de Cultura.

Este aspecto foi solicitado e definido na 316a. reunião do Comitê de Representantes, de 31 de outubro.

SUBSECRETÁRIO (Jorge Cañete Arce). Como tínhamos informado em uma sessão anterior, na Secretaria estivemos trabalhando sobre um papel de trabalho que servisse de base para o estudo deste tema por parte do grupo de trabalho já criado em uma sessão anterior do Comitê. Neste momento concluímos este papel de trabalho e foi distribuído. E temos previsto, a não ser que os Senhores Representantes resolvam outra coisa, a convocação deste grupo de trabalho para a próxima quinta-feira, onde já poderemos começar a tratar o tema sobre os diversos pontos que estão nesse papel de trabalho que começou a ser distribuído.

PRESIDENTE. Em consideração a solicitação da Secretaria-Geral para que o grupo de trabalho em relação com o próximo Encontro de Ministros de Cultura comece seus trabalhos na quinta-feira 22, às 10h30m.

Não havendo observações, então fica convocado para a quinta-feira 22, às 10h30m o grupo de trabalho para tratar o tema Encontro de Ministros de Cultura.

Com relação a outros assuntos, tem a palavra a Secretaria-Geral.

- Serviço de informação comercial da Secretaria-Geral

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, no tema de outros assuntos desejaríamos tratar o assunto referente ao serviço de informação comercial da Secretaria. Para esses efeitos distribuímos o documento papel branco 365 que têm neste momento em seu poder e cujo título é "Esclarecimento sobre a nota da Representação do Brasil, apresentada na 320a. sessão do Comitê de Representantes".

Não queremos fazer disto uma polémica, mas a Secretaria sente na obrigação de responder publicamente no Comitê de Representantes esta nota porque também foi lida publicamente e o fazemos com espírito construtivo e muito positivo.

Sempre com o propósito de melhorar o serviço logístico da Secretaria a fim de que cumpra com os propósitos da integração latino-americana.

Neste documento, que não pretendemos ler, Senhor Presidente, porque seria abusar da paciência dos distintos Representantes, temos cinco pontos.

No primeiro ponto falamos de como a Secretaria recebeu uma quantidade adicional extraordinária de pedidos e de requerimentos de trabalho em matéria de informação que estiveram orientados, basicamente, às negociações bilaterais dos países e aos trabalhos das Conferências de Avaliação e Convergência. E dizemos ali, por exemplo, que isto significou atender uma extraordinária demanda "implicando isto uma quantia de informações de uma magnitude nunca antes manejada na Associação". "Para atender essa demanda a Secretaria adotou as seguintes decisões, diz ali. "Redestinar os recursos humanos estabelecidos na Resolução 109 do Comitê para encarar os novos trabalhos que não estavam previstos na referida Resolução. Dispor a realização, de forma permanente, de trabalhos em horas extraordinárias em dias feriados e sábados e domingos (estes trabalhos não são remunerados). Contratar, de forma transitória, programadores para reforçar a preparação dos trabalhos da Conferência de Avaliação e Convergência. Eliminar a atenção a pedidos de usuários externos e comunicar às Representações que transitoriamente não se estaria em condições de atender pedidos de informação que implicassem programações complicadas. Complementarmente, também foi adiado o fornecimento de informações para vários de seus trabalhos realizados por diferentes Departamentos".

No segundo ponto, Senhor Presidente, respondemos ponto por ponto cada uma das observações da distinta Representação do Brasil, no qual demonstramos que a Secretaria cumpriu e que as negociações não sofreram prejuízos por esta informação que demos em sua oportunidade.

No ponto terceiro, que aparece na terceira página, nos referimos concretamente ao fato de que a distinta Representação do Brasil nos indicou ou manifestou em sua nota que as informações que damos não têm a suficiente transparência. Para nós esta palavra é bastante dura. Consideramo-la um pouco injusta. Porque quando se diz que não temos transparência nas informações que damos, dá a sensação de que fôssemos desonestos, de que estivéssemos escondendo informação, de que estivéssemos entregando informação limitada, tendenciosa e sinceramente pensamos, sem ânimo de polémica, que é uma palavra muito dura referida aos trabalhos da Secretaria. E para esses efeitos a Secretaria elaborou o documento titulado "Relatório sobre o sistema de computação" ALADI/SEC/di 366, o qual foi considerado pelo Comitê em sua 301a. sessão. Nesse documento foi levado ao conhecimento do Comitê, com total transparência, tudo o que foi realizado na matéria.

No ponto quarto, Senhor Presidente, e que aparece já na página quatro, fazemos referência às necessidades que tem o sistema de informação da Associação para que este cumpra com sua incumbência. Evidentemente, o sistema tem falências, tem difi-

culdades derivadas, entre outras coisas, da informação deficiente e, principalmente, tardia, que recebemos dos países. E falamos de como deve encarar-se uma solução conjunta por parte dos países como da Secretaria, etc., para que o sistema de informação possa ser aperfeiçoado. Sobre o particular vale a pena mencionar o convênio cujo projeto semifinal foi já negociado com o BID para aperfeiçoar nosso sistema de informação. Esse projeto está em pleno processo ao interior do BID; deve passar por quatro filtros, em quatro comissões diferentes. Pensamos que se sai tudo bem este convênio poderá ser subscrito e poderá ser colocado em andamento em março do próximo ano. Se não sai bem, será em junho do próximo ano. E isso que este convênio goza das simpatias e do interesse direto do BID, que é o primeiro usuário da informação que nós processamos aqui, na Associação. E o próprio Presidente, o Doutor Enrique Iglesias, esteve muito interessado nisso. Por isso confiamos em que não tenha maiores dificuldades. Não é possível ter este convênio antes porque ao interior do BID este tipo de convênios tem um processo bastante complexo e enredado.

No último ponto, no quinto, Senhor Presidente, apresentamos as medidas que devemos tomar. Na letra a) dizemos que devemos "aperfeiçoar o fornecimento de informações dos países-membros à Secretaria-Geral. Para esses fins" -fala-se o tema do BID-.

Na letra b) "aumentar o quadro de pessoal da área de análise e programação para atender o acúmulo de demandas que se gerarão com o processo de negociações que se prevê realizar".

E na letra c) "prever recursos financeiros para ampliar o equipamento IBM AS/400 com mais velocidade e maior capacidade em disco".

Sobre este último ponto vale a pena esclarecer que, com o equipamento que temos, e que foi recentemente instalado, estamos com capacidade de atender a demanda atual e talvez a demanda do primeiro semestre do ano próximo, mas as demandas recentes que se estão recebendo e as perspectivas que vimos aqui, na Secretaria, nos indicam que o sistema deverá ser ampliado. Não se trata de mudar o sistema ou o computador. Trata-se de ampliá-lo, fato que terá alguns custos adicionais que meus técnicos calcularam em aproximadamente 150.000 dólares que teremos de prever para o próximo ano.

Acredito, Senhor Presidente, que com este documento, que apresentamos com ânimo muito positivo e construtivo, sem ânimo de polemizar senão simplesmente fazendo os descargos correspondentes e como uma contribuição para a modernização da Secretaria, podem ficar satisfeitas as preocupações da Representação do Brasil.

PRESIDENTE. Em principio desejaríamos salientar que, indubitavelmente, os comentários feitos pela Representação do Brasil entendemos que estariam orientados a procurar sempre um melhor desenvolvimento. A crítica se fará sempre, eu creio, no seio deste Comitê com uma intenção positiva e construtiva. E, a mais do que possa dizer a Representação do Brasil, creio que devemos levantar qualquer suscetibilidade. Se alguma Representação se refere,

por exemplo, a uma questão de transparência ou falta dela, creio que pode ser devido à suscetibilidade mesma e a uma confusão semântica que possamos ter. Não creio que devamos dar mais valor a isso.

Devemos também salientar que a prioridade dos dados que em algum momento se requer por parte da Secretaria-Geral pode minimizar, por essa urgência, o esforço contínuo da própria Secretaria.

Parece-nos -à Presidência, pelo menos- que os cuidados que toma a Secretaria-Geral serão os mais positivos; e cremos que procurar uma maior eficiência e uma superação contínua sempre será, diríamos, o norte que guie a atividade da Secretaria-Geral.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Agradeço as informações que nos ofereceu a Secretaria-Geral; a Representação do Brasil em nenhum momento teve a intenção de criar polémica ou de criar problemas com a Secretaria-Geral. Nossa intenção foi sempre a mesma da Secretaria, ou seja, construir.

No momento em que fizemos esses comentários sobre o problema que tivemos era justamente para alertar a Secretaria desses problemas e que se tomassem medidas que pudessem solucioná-los.

Minha Representação considera impertinentes os textos distribuídos, o texto desta nota distribuída pela Secretaria-Geral. Creio que a Representação do Brasil somente pode estimar se a informação é útil ou não para suas informações. Não vejo como a Secretaria possa ter o direito de dizer se as informações são úteis ou não para o Brasil. Meu país é um país-membro e tem o direito de solicitar as informações que julgue convenientes e úteis a suas negociações, sem depender do julgamento da Secretaria-Geral.

Infelizmente devo reiterar nossa preocupação pela falta de transparência, e aqui não há confusão semântica; conheço perfeitamente o significado da palavra.

Se lembro bem, na última reunião do Comitê, o Brasil, depois de fazer esses comentários teve uma atitude construtiva, e solicitou ao Senhor Secretário-Geral que nos desse uma informação sobre a situação atual do Sistema de Informática de Computação da Associação e as medidas que poderiam ser tomadas no futuro para sanear os problemas. O que vimos neste papel é somente uma preocupação de rebater os pontos que a Brasil se referiu como de descumprimento, mas não vemos uma resposta a um dos problemas que criamos: qual é o papel atual do Sistema de Computação. Através deste papel não pude entender qual é a situação atual, e por isso não posso julgar se as medidas propostas seriam ou não as mais eficientes para contornar o problema atual. Realmente, somente posso indicar que minha Representação continua preocupada pelo problema da computação da Associação, e realmente não quer polemizar sobre isso. Mas os temas da nota da Secretaria nos deixam profundamente disgustados com esta situação.

SUBSECRETARIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Sobre a situação do Sistema de Informação, poderíamos em outra oportunidade fazer uma análise mais detalhada.

O que poderíamos dizer agora é que os trabalhos de programação, ou seja, os programas de computação que existem estão sendo aperfeiçoados. Há muitas coisas para aperfeiçoar ainda, mas nos aspectos básicos que serviram nas negociações, que serviram para a elaboração dos documentos das Conferências de Convergência, os programas básicos já estão feitos; falta aperfeiçoar vários programas, que melhorariam particularmente o capítulo de negociações, e estão em andamento.

Realmente, houve alguns atrasos e algumas imperfeições em alguns programas. A Secretaria crê que esses atrasos e imperfeições não caracterizam uma situação de descumprimento; sim, talvez, de imperfeição, e isso, naturalmente, depende do que pensam as Representações dos países envolvidos nas negociações, mas inclusive, nas respostas que foram dadas às solicitações da Representação do Brasil, ficou muito claro quais eram as limitações. O Sistema tem limitações, continua com limitações; isso todos o conhecem. E lembro que isso parte de duas razões fundamentais; há outras, mas há duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, o fato de que tenha devolvido o equipamento anterior, o Texas, antes que estivesse instalado o novo equipamento e que estivessem preparados os programas de computação e a base de dados. Isso foi um erro que a Secretaria indicou há muito tempo e que não é fácil de corrigir, exceto se nós colocássemos mais pessoal para fazer programação, mais programadores, mais digitadores, para poder recuperar o tempo perdido neste erro de ter devolvido o computador antigo antes de ter o novo pronto.

Por outro lado, é verdade também que o computador antigo, embora prestasse serviços valiosos no passado, provavelmente para novas tarefas também ia apresentar sérias limitações.

Com relação a que a Secretaria tenha julgado satisfatória a informação dada, nós não estamos com isso querendo substituir nem invadir a atribuição das Representações em julgar o que lhes convém ou não em termos de informações para suas negociações. Na realidade, nós apenas afirmamos na nota que cremos, a Secretaria crê, que no grosso, nas coisas principais, sim cumpriu com sua obrigação de fornecer as informações a tempo, e o que não pôde fornecer foi informado prontamente, transparentemente. Dali que preocupa o uso do termo falta de transparência.

Nós, como Secretaria, nos pusemos em uma posição muito respeitosa mas ao mesmo tempo ficamos um pouco perplexos, porque a atuação do Departamento de Negociações, do Departamento de Informações, foi mobilizada a full para atender as necessidades, tanto das negociações como dos trabalhos para as Conferências; e o que não se pôde fazer foi consequência, como digo, particularmente de alguns erros cometidos no passado; e seguimos com essas consequências.

Podemos dar uma informação mais detalhada, mas teríamos que analisar programa por programa, e dizer o que falta fazer e o que já está disponível. Essa seria uma informação que sem dúvida a Secretaria está disposta a fornecer e creio que, inclusive, deveria ser objeto de uma reunião informal, detalhada para poder explicar com bastante clareza e, principalmente, porque aqui vamos entrar em tecnicismos que necessitam ser explicados e que não é fácil entender porque, como disse em outra reunião, existe

outro idioma, o "computés" que é muito difícil de entender, tão difícil como o "financés" ou como outros idiomas particulares, por exemplo, o comentário de corridas de toros que somente os iniciados conhecem.

Nesse relatório foram indicados quais seriam as medidas necessárias. Nós cremos que o problema do sistema de informação é um problema que ultrapassa o âmbito tratado pela nota da Representação do Brasil. Há muitos problemas que devem ser solucionados ali, principalmente, considerando os desafios futuros da demanda; é previsível um aumento grande da demanda e devemos tomar medidas muito fortes para solucionar isso. Isso significa um aumento do orçamento do setor de informática e uma melhora de relações entre os solicitantes e os vários departamentos da Secretaria. Mas, fundamentalmente, por essa previsão de demanda, nós cremos que há necessidade de reforço de pessoal, computadores, digitadores, uma necessidade de ampliação do atual equipamento para atender programações mais complexas.

Em síntese, o que se pode dizer sobre a situação atual do sistema de computação é o seguinte: em primeiro lugar, com relação a dados estamos com os mesmos problemas indicados no documento 370 que foi distribuído às Representações; os dados básicos carecem de informações preciosas para analisar a preferência tarifária regional, por exemplo; falta também questão de oportunidade. Nós não dispomos de todos os dados de 89. Somente para alguns países. E esse é um problema que vai depender do aperfeiçoamento de fornecimento de dados básicos desde as alfândegas até nós.

No que diz respeito aos programas disponíveis do banco de dados, temos já o grosso dos programas necessários prontos: sim há necessidade de ver novos programas que sem dúvida podem ter sido necessários em algumas negociações mas não ao ponto de prejudicá-las de maneira fundamental. Necessitam ser aperfeiçoados e tudo isso implicará, com relação a um aumento da demanda que é previsível, um reforço do pessoal de programadores, digitadores e a ampliação do atual equipamento para dotá-lo de maior velocidade, maior capacidade de memória, como já explicamos.

De tal modo que o que essa nota fez foi responder os vários esclarecimentos que o Brasil pediu.

Fizemos um esforço muito grande para ser transparentes. Prontamente mostramos, com uma franqueza que talvez não existisse no passado, as falências: elas existem e não são fáceis de subsanar; mas cremos que a Secretaria cumpriu.

E por entendê-lo assim, digo: creio que o mais conveniente seria fazer uma reunião de trabalho para expor quais são os programas disponíveis, as falhas de dados que existem; as falhas de programas que existem, porque uma nota breve não daria para esclarecer esta situação. Simplesmente a síntese.

Temos os programas básicos para negociações feitas, falta desenvolver alguns programas, temos uma demanda muito forte por diante e temos necessidade de reforçar pessoal e ampliar o equipamento. Essa é a síntese da situação que para maior detalhe

teria que fazer-se em uma reunião de trabalho para entrar em aspectos técnicos que não dá para falar neste momento a não ser que disponhamos de uma hora ou algo assim.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Senhor Presidente, agradeço as informações do Senhor Subsecretário e creio que sua proposta de uma reunião de trabalho e a elaboração por parte da Secretaria de um documento indicando quais são os problemas por programa e por departamento, é muito construtiva e contribuirá para que se retorne à boa prática que aqui temos de colaboração entre as Representações e a Secretaria-Geral.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, ia propor a mesma coisa; que fosse convocado um grupo de trabalho porque reconhecendo a importância que tem o sistema de informação para todos nossos países, não podemos perder duas sessões do Comitê em situações muito pontuais de um país em relação ao sistema.

Preocupa-me outra questão, Senhor Presidente. A partir de 6 de dezembro e até 9, me parece, há uma reunião convocada pela OEA sobre tecnologia, à qual vão concorrer três Reitores de Universidades latino-americanas. Vêm o Reitor da Universidade de Buenos Aires, o Reitor da Universidade do Chile e o Reitor da Universidade da República Oriental do Uruguai.

Creio que seria interessante aproveitar a oportunidade para convidá-los a uma sessão informal do Comitê. Acredito que seria a primeira vez que Reitores de Universidade concorreriam a esta Casa e creio que poderíamos aproveitar a ocasião.

Permito-me sugerir à Secretaria que entre em contato com o Escritório da OEA no Uruguai para saber se é possível contar com a presença destes Reitores, como um primeiro passo para tratar o tema da participação das Universidades no processo de integração.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, realmente minha intervenção já está superada porque ia propor exatamente o que manifestou o Senhor Representante do Chile no sentido de que este tema da computação abrangeu mais tempo do que tínhamos imaginado no início. De tal maneira que para superar esta situação a criação de um grupo de trabalho que permita ventilar todos estes aspectos nos parece absolutamente indispensável.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, minha intervenção também será muito breve. Estou totalmente de acordo, pela ampla explicação dada pelo Senhor Subsecretário, com a necessidade deste grupo de trabalho.

Quanto ao demais, a experiência nos aconselha que em matéria de divergências familiares é melhor não meter-se. Aqui há uma divergência familiar e então deixamos que entre os bons irmãos se entendam e nós, quando houver oportunidade, colaboraremos no grupo de trabalho para reforçar, realmente, as condições da Secretaria.

PRESIDENTE. Havendo apoio pleno para a criação deste grupo de trabalho, restaria fixar uma data de reunião por sugestão da Secretaria-Geral.

Na próxima semana será comunicada então às Representações a convocação deste grupo de trabalho em relação à informação, basicamente.

Ficaria a moção apresentada pelo Senhor Embaixador do Chile em relação à conveniência de convidar três Senhores Reitores, que participarão de um seminário da OEA.

SECRETARIO-GERAL. Já tínhamos mantido conversações com o Senhor Embaixador do Chile e com a Senhora Representante da OEA aqui no Uruguai e, aparentemente, eles estão, em princípio, em possibilidade ou em disponibilidade de ajudar-nos a concretizar esse convite aos Reitores das Universidades, e a Secretaria, se os Senhores assim o dispuserem, se dedicaria a essa tarefa.

PRESIDENTE. Continua em consideração.

Não havendo oposição, creio que fica aceito. Então, fica encarregada a Secretaria-Geral de ultimar os detalhes, pôr-se em contato com os Representantes da OEA, e se comunicará oportunamente.

Representação do PARAGUAI (Santiago Alberto Amarilla Vargas). Desejaria um esclarecimento, Senhor Presidente: em que caráter seriam convidados os Reitores que participariam da reunião do Comitê?

PRESIDENTE. Visitantes ilustres, creio, ou algo assim, como distintos convidados.

Entende-se que a intenção seria que pudessem dar uma dissertação e pontos de vista em relação a uma problemática que tem concomitância com a própria integração, se é essa a intenção com a que apresentou o Senhor Representante do Chile.

Representação do PARAGUAI (Santiago Alberto Amarilla Vargas). Neste caso, eles participariam da reunião; não seriam simples assistentes senão que teriam uma participação direta.

PRESIDENTE. Claro. A intenção seria que fosse convocada uma reunião extraordinária ou especial do Comitê de Representantes, e os Senhores Reitores fizessem uma exposição. Possivelmente tratarão temas relacionados com a integração na educação, projeções dela, etc.

Representação do PARAGUAI (Santiago Alberto Amarilla Vargas). Senhor Presidente, nesse caso, nós não nos podemos opor. Além disso já tem o consenso da maioria. No entanto, gostaríamos de que quando se propoam temas desta natureza, nos informassem com antecipação, a fim de avaliá-los antes de vir dar a posição das Representações na reunião do Comitê. Ou seja, que estaríamos solicitando uma informação prévia antes de tratar no Comitê qualquer tema de interesse de qualquer uma das Representações.

SECRETÁRIO-GERAL. Creio que deveríamos estabelecer uma espécie de programa para a reunião com os Reitores das Universidades, porque é uma sessão do Comitê. Vêm três Reitores. Falarão os três? E imagino que, obviamente, falará o Presidente do Comitê e o Secretário-Geral. Mas sim seria conveniente estabelecer como seria a participação deles. Falariam os três?

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, creio que é um problema de coordenação entre eles. Talvez falem os três, talvez fale um. Mas o fato de ter Reitores nesta Casa considero é importante, como imaginam; talvez mais que isso ainda.

PRESIDENTE. Temos de por meio ainda tempo até 6 de dezembro, a Secretaria -Geral nos informará do avançado. Creio que corresponderia pôr-se de acordo com a Senhora Representante da OEA e os interessados.

SECRETÁRIO-GERAL. Queríamos ressaltar que a data estabelecida para a reunião do grupo ad hoc vai coincidir com a visita do Presidente dos Estados Unidos ao Uruguai e que a capacidade hoteleira do Uruguai está se esgotando para esses dias. Então, seria muito importante que as Embaixadas adotassem as previsões correspondentes para que aqueles que assistam a esta reunião tenham a hospedagem correspondente.

PRESIDENTE. Realmente, o proposto pelo Senhor Secretário-Geral deve merecer nossa atenção especial.

Talvez seja oportuno que consideremos que já nos faltam menos de duas semanas para o início dos trabalhos. A Secretaria-Geral entregará muita informação, que é fundamental também para este trabalho até a próxima semana. Mediaria um prazo demasiado curto para que fossem impostos em Capitais os representantes que integrarão esse grupo ad hoc. Então, e dada a circunstância da capacidade hoteleira da Capital, pareceria conveniente -ponho assim a consideração dos Senhores Representantes- fazer um adiamento de um par de semanas de início do trabalho desse grupo.

Desejariamos escutar opiniões.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). No que se refere ao Equador preferiríamos manter a data, Senhor Presidente, porque já temos designado um delegado e temos adotado todas as medidas do caso. Desse ponto de vista, preferiríamos que se mantivesse a data já aprovada pelo Comitê.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, estaríamos de acordo também com manter a data.

Quanto à presença do Presidente Bush, creio que a maior parte do tempo se realizará, para os efeitos da hospedagem, em Punta del Este. E ouvi também uma notícia de que vão usar um barco, também, que há entre Buenos Aires e Montevideu, que servirá como hotel também a grande parte do pessoal que vem com o Presidente. De maneira que não creio que em Montevideu -penso eu- exista abundância de ocupação de hotéis.

De qualquer maneira, creio que já avançamos bastante quanto à data. Seria melhor correr o risco e ver como defendemos a colocação dos que vierem nos hotéis.

PRESIDENTE. Por conseguinte, continua firme a data disposta pelo Comitê de Representantes para a reunião do grupo ad hoc.

Não havendo outros pontos a tratar, encerra-se a sessão.

- Assim de procede.
